

RECOMENDAÇÃO Nº 025, DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

Recomenda ao Exmo. Sr. Presidente da República a adoção de medidas corretivas urgentes que promovam a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde com a celeridade que o caso requer.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando os dispositivos da Lei Complementar nº 141/2012, em especial os artigos 14 e 24, e o disposto no Art. 41 da Lei Complementar nº 141/2012, do qual deriva a competência do CNS para encaminhar as indicações de medidas corretivas decorrentes da análise do Relatório de Prestação de Contas Quadrimestral do Ministério da Saúde (MS) ao Presidente da República;

Considerando a análise do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2024, realizada pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS);

Considerando a reincidência dos baixos níveis de liquidação, no 1º quadrimestre de 2024, de vários itens de despesas que agrupam ações orçamentárias programadas para o atendimento do conjunto das necessidades de saúde da população (sendo a maioria dessas ocorrências verificadas desde o 1º quadrimestre de 2016);

Considerando os elevados valores de saldos a pagar dos Restos a Pagar até o final do 1º quadrimestre de 2024, especialmente os não processados, que caracterizam despesas não liquidadas pelo Ministério da Saúde e, portanto, ainda não efetivadas como Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) para o atendimento das necessidades da população, e sem qualquer indicativo de planejamento, no Relatório de Prestação de Contas do 1º quadrimestre de 2024 para execução dessas despesas no curto prazo, bem como da viabilidade técnico-financeira para essa execução;

Considerando a necessidade de aumentar as atividades de auditoria e controle do Ministério da Saúde nos próximos quadrimestres deste ano, diante da redução observada no 1º quadrimestre de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023;

Considerando a necessidade da ampliação de recursos federais suficientes para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, após o desfinanciamento verificado no período 2018-2022 (perda acumulada de cerca de R\$ 70 bilhões, sendo R\$ 46 bilhões somente em 2022) em decorrência da

regra do piso federal da saúde estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, bem como da perda adicional superior a R\$ 5,3 bilhões em 2023, como decorrência do descumprimento da regra constitucional do piso federal do SUS e da Recomendação CNS nº 016, de 21 de setembro de 2023; e

Considerando a Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, que altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira e altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira.

Recomenda

Ao Exmo. Sr. Presidente da República a adoção de medidas corretivas urgentes, que promovam a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde com a celeridade que o caso requer:

I - Adotar as providências necessárias junto à área econômica do Governo Federal para a imediata ampliação da disponibilidade orçamentária do Ministério da Saúde para as despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no valor de R\$ 5,3 bilhões (a ser somado ao valor do piso federal do SUS de 2024), para compensar a perda decorrente do não cumprimento do piso federal do SUS em 2023, segundo a regra de cálculo da Emenda Constitucional 86/2015 (não pode ser inferior a 15% da Receita Corrente Líquida do respectivo exercício financeiro);

II - Programar e executar imediatamente as despesas a serem realizadas para o desenvolvimento de Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), de modo a empenhar e/ou liquidar com celeridade as programadas no orçamento de 2024 para atender as necessidades de saúde da população, especialmente aquelas cuja execução obteve a classificação de “inadequado”, “intolerável” e/ou “inaceitável” no 1º quadrimestre de 2024, conforme avaliação realizada pelo Conselho Nacional de Saúde;

III - Distribuir melhor a execução das despesas com ações e serviços públicos de saúde ao longo do ano de 2024, inclusive das inscritas e reinscritas em restos a pagar, para atender com eficiência e eficácia as necessidades de saúde da população e não agravar ainda mais o processo de subfinanciamento histórico do SUS e o processo de desfinanciamento verificado nos últimos anos;

IV - Fiscalizar as despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas por outros ministérios por meio de atividades de auditoria e controle;

V - Ampliar as atividades de auditoria e controle do Ministério da Saúde durante os dois próximos quadrimestres de 2024, de modo a retomar tanto os patamares anteriores a 2018, como a tendência de crescimento observada durante o ano de 2023;

VI - Submeter para avaliação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e do CNS as despesas a serem financiadas com recursos das emendas parlamentares, bem como que seja verificada e declarada pelo Ministério da Saúde a compatibilidade dessas despesas com o Plano Nacional de Saúde e com os respectivos Planos de Saúde dos entes da Federação beneficiados;

VII - Encaminhar para análise e deliberação do Conselho Nacional de Saúde os critérios pactuados na CIT nos últimos anos para a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, conforme determina o Art. 17 da Lei Complementar nº 141/2012;

VIII - Autorizar o Ministério da Saúde a cancelar em 2024 os Restos a Pagar (especialmente os não processados) referentes a empenhos de 2022 e anos anteriores, considerando o tempo decorrido até o momento, os quais deverão ser compensados em 2025 como aplicação adicional ao mínimo, nos termos do Art. 24, inciso II, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 141/2012, ou exigir das secretarias do Ministério da Saúde a apresentação do plano de ação para execução imediata dessas despesas (com o devido cronograma até o final de 2024) como condição de evitar esse cancelamento;

IX - Priorizar o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo como recurso para financiar o valor referente à Assistência Financeira para estabelecimento do Piso Salarial Nacional da Enfermagem, nos estados, municípios e Distrito Federal, em respeito aos termos da Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022; e

X - Adotar as providências necessárias para o cumprimento das diretrizes aprovadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde referentes ao aumento de recursos orçamentários e financeiros para o Ministério da Saúde, de modo a reduzir tanto o processo de subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde como a reposição das perdas decorrentes das regras da Emenda Constitucional 95/2016, estimadas entre R\$ 65 bilhões e R\$ 74 bilhões no período de 2018 a 2022 em estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Trecentésima Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2024.